

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Herbert Victor Levy – Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy – Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

(Assinatura)

GAZETA MERCANTIL

SEXTA-FEIRA, 30, E FIM DE SEMANA, 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 1997

Em ritmo de crescimento moderado

Mesmo antes do término do mês de maio, o governo sente-se suficientemente confiante para prever que o saldo negativo da balança comercial no mês ficará em cerca de US\$ 100 milhões. Com o déficit mensal girando em torno de US\$ 1 bilhão desde os últimos meses do ano passado, o resultado de maio pode ser um alívio longamente aguardado. Mas, em essência, não mudam as previsões sobre a conta de comércio, que deve fechar com um déficit superior a US\$ 10 bilhões.

O que é animador quanto ao comportamento do comércio exterior em maio não é tanto o crescimento das exportações que se vem verificando desde março. As boas cotações dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil, particularmente a soja, têm acelerado os embarques, que batem recordes no porto de Paranaguá. Nas atuais circunstâncias, o fato mais auspicioso é a relativa estabilização das importações, que se vinham mantendo bem próximas a US\$ 5 bilhões por mês e que, em maio, devem girar em torno de US\$ 4,6 bilhões.

Claro, a sazonalidade certamente influi, sendo perfeitamente possível que a demanda por produtos importados venha a tomar novo fôlego, apesar das restrições ao financiamento às importações e, mais recentemente, a proibição de parcelamento de compras no exterior feitas por meio de cartões de crédito. Contudo, pelo menos por ora, a conclusão é de que a economia não vem mostrando uma propensão excepcional para importar.

Isso nos leva diretamente à questão do cres-

cimento, hoje muito menos ligada à política monetária e ao controle da inflação do que ao comportamento dos déficits das balanças comercial e de serviços e, por extensão, do déficit em conta corrente. Há uma concordância entre os institutos de pesquisa quanto à queda da taxa de crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre deste ano. A divergência é quanto à projeção para este ano. Enquanto a Fundação IBGE, cautelosamente, estima que o

O PIB caiu no primeiro trimestre, mas o Brasil não caminha para uma recessão

Produto Interno Bruto (PIB) deve ter uma expansão entre 1,5% e 3% em 1997, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê que o produto real pode vir a crescer 3,5% a 4% de janeiro a dezembro.

Embora estejamos bem conscientes dos riscos da futurologia mesmo a curto prazo, temos a mesma visão de empresários e economistas que não consideram que o País esteja a caminho de uma recessão, ainda que branda, o que poderia vir a ser sinalizado com uma nova queda do PIB no segundo semestre. O ritmo de atividade não tem sido tão intenso em maio, mas nossa expectativa é de que o segundo trimestre do ano poderá apresentar um avanço com relação aos três meses anteriores. E é muito provável que tenhamos um segundo semestre muito parecido com o

do ano passado, permitindo uma expansão do produto real da ordem de 3%.

Essa taxa é consistente com a condução equilibrada do Plano Real, sem alterações dramáticas que possam colocar em risco o que até agora se conquistou. Dentro desse mesmo raciocínio, achamos desnecessárias medidas especiais para deter o crescimento, procurando, por essa via, reduzir as importações, que, como se tem visto, não vêm apresentando um crescimento explosivo.

A situação não é, de modo algum, tranquila, tendo em vista o patamar que atingiu o déficit em conta corrente e os insignificantes progressos feitos na contenção do déficit fiscal. Todavia, em face de uma série de fatores, como o novo ímpeto que tomou o programa de privatização, a abertura do varejo bancário para as instituições estrangeiras, a internacionalização crescente de bancos e empresas instaladas no País e a rápida reação do governo brasileiro a qualquer medida tendente a reduzir os ganhos dos aplicadores no mercado brasileiro, o País pode fechar o ano em uma sólida posição cambial.

O grande risco, em nosso entender, é transferido para 1998, um ano eleitoral. Se o governo, como se tem comprometido o presidente da República, manter uma política de austeridade, poderá no período subsequente realizar as reformas necessárias e conduzir o País para uma etapa de crescimento a taxas que satisfaçam as aspirações sociais. Ao revés, qualquer aventura eleitoreira poderá vir a ter efeitos ruinosos.